O que um licenciado de DPT deve extrair do caso

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O relatório do comitê e as penalidades de 2025 definem o padrão que a MAS aplica hoje a toda instituição supervisionada, inclusive aos licenciados de DPT. Seis pontos se aplicam diretamente.

A origem do patrimônio deve ser corroborada por provas independentes, com um grau de corroboração proporcional ao risco. Uma declaração e as demonstrações financeiras da própria empresa não constituem corroboração. Declarações de imposto de renda, demonstrações auditadas por auditores independentes, extratos de bancos regulados, contratos de venda e registros perante órgãos reguladores constituem.

Documentos de jurisdições de risco mais elevado devem ser autenticados. Os acusados usaram documentos fiscais e referências bancárias chinesas falsificados. Bancos que tivessem verificado os documentos junto às instituições emissoras teriam detectado a falsificação. Um licenciado de DPT que faz o onboarding de clientes corporativos dessas jurisdições deve ter um procedimento de verificação para cada documento que tenha peso no dossiê.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Múltiplas nacionalidades e cidadania recente obtida por investimento são indicadores de risco que exigem explicação. O comitê não disse que esses clientes devem ser recusados. Disse que a combinação de um passaporte novo, um vínculo fraco com o país do passaporte e patrimônio declarado proveniente de um setor de risco mais elevado exige uma due diligence reforçada de uma profundidade que não foi aplicada.

Os sinais de alerta devem ser acompanhados e esse acompanhamento documentado. Vários bancos haviam gerado alertas sobre as contas dos acusados e os haviam encerrado com fundamentação inadequada. As penalidades da MAS apontaram a qualidade do tratamento dos alertas como uma violação.

As informações devem ser articuladas. Dentro de uma empresa, a equipe de onboarding, a equipe de monitoramento e os gerentes de relacionamento devem compartilhar o que sabem. Entre empresas, a plataforma COSMIC já existe para os bancos, e a MAS sinalizou que ela poderá ser ampliada. Um licenciado de DPT que ainda não participa deve se preparar para participar.

As decisões de encerramento devem ser tomadas e executadas. Várias instituições haviam concluído que um cliente era arriscado demais e depois levaram meses para encerrar a conta, período durante o qual os recursos seguiram adiante. O padrão aceito após 2025 é que uma decisão de encerramento seja executada em um prazo curto e fixo e que os recursos sejam devolvidos apenas à conta de origem.

Perspectiva de Singapura

Sua empresa será avaliada pelo padrão de um banco que leu o relatório do comitê de 2024, ainda que seu negócio seja uma exchange de DPT com uma fração dos recursos de um banco. A resposta prática é adotar as conclusões do comitê como checklist para o próprio onboarding e monitoramento, documentar em que pontos os controles atendem ao padrão e estar em condições de mostrar à MAS que isso foi feito antes que um inspetor perguntasse. Empresas que trataram o relatório como um assunto bancário constataram que a MAS não o tratou assim.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com